

Norma estúpida

Não raras vezes nossas autoridades baixam normas ou decretos cujas razões são de difícil entendimento. Isso quando a norma ou decreto não se cerca de mistério, porque aí então somente os "igênios" que participaram de sua elaboração, ou quem tomou conhecimento dos estudos antecipadamente, terão condições de explicar o porquê da adoção dessa ou daquela medida.

No dia 23 do mês passado, o Diário Oficial da União, publicou decisão do Inamps, segundo a qual o Instituto não vai mais pagar o tratamento de pacientes internados em quartos ou apartamentos na rede pública, privada e conveniada. A partir de agora, conforme o Inamps, só os pacientes internados em enfermaria têm direito ao atendimento médico pago pelo governo.

Antes disso, o Inamps pagava ao hospital os custos do serviço médico prestado, independentemente de o paciente ficar internado em enfermaria, quarto ou apartamento. O paciente é quem escolhe e paga as diárias e honorários médicos, caso optasse pela internação em quarto ou apartamento.

Com a nova medida, o paciente que não quiser ficar na enfermaria perde o direito total ao benefício. Nos casos considerados graves, o Inamps pagará serviço médico desde que o paciente seja internado antes na enfermaria. Ao justificar a medida, Ricardo Ackel, disse que "os pacientes eram induzidos a se internar em quartos e a pagar diárias e honorários médicos; na enfermaria, o hospital não pode cobrar".

A justificativa de presidente do Inamps nem merece avaliação de tão bizarra. Mas como o tema interessa à maioria da população, cabe-nos discuti-lo em detalhes, com o objetivo de oferecer um mínimo de orientação a quem, cedo ou tarde, acaba tendo que recorrer aos serviços de saúde.

Vamos procurar entender como funcionava a coisa através de um caso fictício: o cidadão chegou num determinado hospital com o filho necessitando de internação urgente e o diretor ou funcionário administrativo lhe esclarecia que, caso não quisesse colocar seu parente na enfermaria, onde, obviamente, as condições de atendimento não são as ideais, poderia optar por quarto ou apartamento, pagando à parte por esse serviço, correndo as despesas com remédio, alimentação e médico por conta do Inamps. Esse era o procedimento clássico nos casos de pessoas não assistidas por nenhum tipo de convênio capaz de cobrir as despesas de internamento fora de enfermaria.

Com a nova determinação, o cidadão chega no hospital com o filho necessitando de internação urgente e não tem outra al-

Urbanização

No 2º Congresso Internacional de Urbanismo, que aconteceu no final de setembro na cidade de Maringá, debatiu-se mais uma vez as questões relacionadas ao crescimento acelerado das regiões metropolitanas em diferentes países do mundo. Arquitetos, professores e outros técnicos de renome internacional foram quase unânimes em concordar que o problema mais crítico encontrado nas cidades de maior densidade populacional é o da moradia. A referência a este tema não se restringe à carência de habitação adequada, engloba ainda os agravamentos provocados por tal situação: formação de favelas, geração de conflitos sociais, deterioração da saúde pública, agressões ao meio ambiente, enfim, declínio das condições gerais de vida.

O congressista argentino, Marc Emery afirmou que o crescimento populacional das grandes cidades combinado com a carência de serviços e equipamentos urbanos para o atendimento da população de baixa renda indica uma tendência para a constituição de guetos com segregação por raça ou classe social. Como exemplo, citou o caso de New York.

Mas, infelizmente, não é preciso ir longe para exemplificar os problemas causados pelo crescimento descontrolado dos grandes centros. O que emerge como uma tendência preocupante no Primeiro Mundo aparece nos países subdesenvolvidos. Há um fato constrangedor difícil de ser vencido. No Brasil, em especial, os problemas dos grandes centros urbanos estão potencializados não só pela crise econômica, mas também pelo atraso das reformas sociais que poderiam amenizar o caos urbano. Todos sabem que o principal fator a gerar a migração do homem do campo para a cidade é o avanço das relações capitalistas no meio rural (formação das agroindústrias, mecanização agrícola etc) combinado com a exploração latifundiária da terra. A título de exemplo lembramos que o último censo mostrou que o Paraná perdeu população na década de 70, enquanto a Região Metropolitana de Curitiba ganhou milhares de habitantes. As elites brasileiras jamais se preocuparam seriamente em promover uma reforma agrária que assegurasse um espaço para o pequeno produtor, ao mesmo tempo, quando o campo e o abastecimento de gêneros alimentícios para os grandes centros urbanos. A reforma urbana também marca passo enquanto a especulação imobiliária empurra milhares de brasileiros para as favelas, muitas vezes construídas e mantidas ao custo de intensos conflitos sociais.

Não é novidade que no sistema em que vivemos os direitos sociais devam ser conquistados com muita luta, talvez por isso o arquiteto inglês John Turner defendeu em sua palestra no congresso de Maringá as organizações populares comunitárias como uma terceira força entre a ação estatal e o mercado capitalista.

Nossa região já manifestou a preocupação com os nossos problemas urbanos em maio deste ano no seminário "Região Metropolitana de Curitiba Urgente", promovido pela Assembleia Legislativa, o qual contou com a participação de prefeitos, entre os quais Alfonso Portugal Guimarães, técnicos em urbanismo, associações de moradores e outros. Entretanto, é preciso prosseguir com os debates conjuntos e buscar soluções integradas para o caos urbano que começa a bater em nossa porta.

Nelson Rosário de Souza, sociólogo

Alça de Mira

Horário de verão

A partir da zero hora do dia 20 deste mês, os moradores das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e da Bahia terão de adiantar seus relógios em uma hora. E o horário de verão, que estará em vigor no país até o dia 9 de fevereiro de 1992. O decreto que instituiu o horário de verão foi assinado pelo presidente Fernando Collor no último dia 26. O decreto tem caráter provisório até que o Congresso analise a implantação da medida.

Estabilidade 3

Se o(s) governo(s) constatarem inchaço dos quadros de servidores, se julgarem que um grande número de funcionários não cumpre com suas obrigações, se considerarem existir outros ociosos, basta aplicar a legislação existente para debelar a maior parte desses problemas. A lei por acaso não diz que mesmo os funcionários estáveis podem ser demitidos por justa causa, desde que comprovada negligência, imperícia e por aí vai? A lei não prevê que o servidor ocioso em determinado setor pode ser aproveitado em outro? Ora, então aplicar-se a lei. E não custa observar que entre os políticos hoje a favor da proposta de extinguir a estabilidade muitos ajudaram a aumentar o número de servidores quando antes estiveram no poder.

Mão-de-obra

Em jantar com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, na semana passada, quatro dos mais importantes empresários brasileiros — Antonio Ermirio de Moraes (Grupo Votorantim), Mário Amato (presidente da Federação das Indústrias de São Paulo), Luiz Carlos Mandelli (presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul) e Albano Franco (presidente da Confederação Nacional da Indústria) — fizeram um diagnóstico nada lisonjeiro do país. Em relação à mão-de-obra, os empresários admitem que pagam pouco, mas reclamam do alto custo.

Usaram como comparação a Coréia do Sul, onde o custo da hora trabalhada é de 9 dólares, dos quais 7 dólares são destinados efetivamente ao trabalhador. No Brasil, o custo é parecido (8,80 dólares), mas apenas 3 ou 4 dólares vão para o trabalhador. O resto fica retido num sem-número de custos sociais — previdência, assistência médica... — que não condizem com os serviços prestados.

Educação

Os empresários avaliam que o sistema educacional brasileiro está languindo no mercado gente muito mal preparada. Para eles, não será a construção de CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança) que vai resolver o problema. Afirmando que é necessário repensar o sistema educacional como um todo.

Mandatos

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara votou contra a emenda do deputado José Lourenço (PDS/BA) que quer prorrogar por dois anos os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores. A emenda é para permitir a eleição em todos os níveis em 1994. O parecer vai agora a plenário.

Curto prazo

"A maior parte das alterações necessárias à Constituição de 1988 não teriam efeitos a curto prazo. Ou seja, do mesmo modo que não causarão a crise a curto prazo, não a eliminarão a curto prazo. O curto prazo depende de outras coisas: do não entupimento da agenda política nacional e de um entendimento político em torno das medidas de curto prazo". Constatação do deputado federal José Serra (PSDB/SP), também economista.

Classismo

O Regime Jurídico Único e o Plano de Cargos e Salários Funcionalismo público municipal, sancionados pelo senhor prefeito, resguardam a dignidade e representam uma nova condição há muito esperada pela classe trabalhadora. Revolucionário, mas não se justifica a sua não aplicação em favor de alguns funcionários, desmerecendo o princípio da igualdade e a função social do trabalho.

Os projetos ora transformados em lei não são a tábua de salvação e nem significam o término dos problemas do funcionalismo, mas representam a garantia de uma carreira condigna e de melhores condições de trabalho para os funcionários públicos. Cabe aos funcionários o empenho e a dedicação, porque a lei prevê condições de trabalho pelo próprio mérito, níveis e funções mais elevadas.

Os vereadores que votaram contra tais projetos, em tese, não acreditam na responsabilidade dos funcionários na administração e gerência dos recursos que, segundo a lei, passam à competência dos servidores. Dar uma de avestruz, escondendo a cabeça no buraco e deixando exposto o resto do corpo, para não assumir responsabilidade, é agir como Pilatos, lavando as mãos simplesmente, sem dar o mínimo de crédito. É como empurrar no abismo e abandonar à própria sorte, como a dizer: se der certo, valeu o esforço; se não der, não votei e sabia que não ia dar certo.

Dar voto de confiança pode até render votos, difícil é conquistar o apoioamento e o empenho em ajudar a construir, implantar, fiscalizar, gerenciar as leis para que deem certo, sem ser avestruz ou Pilatos, cobrando aumentos que viabilizam uma instituição altamente durável e proficua e realizável de benefícios.

Generalizar e nivelar por baixo,

Festival

A Associação Banestado está promovendo o Festival da Primavera, com músicas inéditas de funcionários, dependentes e aposentados. As inscrições estarão abertas até o dia 18 próximo. As faixas classificatórias serão realizadas em Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá, durante a primeira quinzena de novembro. A finalíssima será em Praia de Leste, dia 30 de novembro, encerrando as comemorações da semana dos 63 anos do Banestado.

Estabilidade

Nessa questão da estabilidade no serviço público há radicalismo de ambas as partes, o que tem impedido uma análise mais isenta do caso e, por consequência, o encontro de uma solução mais próxima do razoável. Acabar simplesmente com o instituto da estabilidade no serviço público, como quer o governo, pode sujeitar os servidores a toda sorte de pressões políticas, o que seria duplamente nefasto: para o contribuinte (o público), que não teria melhorado em nada o serviço que lhe é prestado; e para as próprias administrações, que se tornariam vulneráveis à solução de continuidade pela possibilidade de troca em massa de servidores a cada eleição. Manter a estabilidade até mesmo para quem não a conquistou através do mérito da aprovação em concurso e em estágio probatório, como quer o corporativismo, é injusto.

Estabilidade 2

Propaga-se muita falácia nessa discussão sobre estabilidade. A primeira delas é querer atribuir ao funcionalismo a culpa pelo inchaço dos quadros administrativos, o que é indiscutivelmente compromete o orçamento de Estados e municípios. O funcionário não tem responsabilidade alguma pelo fato de lhe ter sido permitido o ingresso no serviço público sem prestar concurso, ou, mesmo sendo através de concurso, quando não havia necessidade de sua realização. A verdade que alguns governantes procuram obscurecer é o fato de serem eles os principais artífices da quebra de uma marcha no país. Empregaram a torto e a direito no afã de angariar votos; tomaram empréstimos para execução de obras de importância duvidosa sem o indispensável lastro... Antes, quando a rolagem das dívidas ocorriam com facilidade, os problemas dessa ordem eram empurrados com a barriga. Agora, quando a capacidade de bancar estragos administrativos chegou ao limite, não adianta sair à caça de fantasmas, desvirtuando as reais causas dos problemas.

Carta do Leitor

MIGRAÇÃO

Sr. Diretor

A migração nordestina era sempre maior para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Atualmente, entretanto, está havendo uma inversão desse quadro, porque a situação econômica está ruim por toda a parte. Quando você passou por Campo Largo, onde pôde se encontrar, já havia passado pelo Rio de Janeiro e São Paulo.

Sendo também migrante, fiquei no Rio de Janeiro, onde você passou mas não encontrou nada que lhe pudesse proporcionar estada permanente. Eu, o contrário, me adaptei no Rio, onde consegui tudo o que tenho, casa própria... Pernambuco de Goiânia, 63 anos, aposentado, migrei do Nordeste em 1950, pois lá não havia futuro pela falta de oportunidades. Cheguei no Rio, sem ter ninguém conhecido na cidade, arranji emprego no "Jornal do Brasil" e ali construí minha vida. Hoje, acontece no Brasil o que aconteceu no Rio de Janeiro, onde você tomou conhecimento de que você é diretor de um jornal do interior do Paraná.

Minha vida, assim como a sua, se modificou quando resolvi transferir-me para o Centro-Sul.

Esta carta foi enviada pelo Sr. Napoleão Pessoa, residente na Rua Dr. José Thomaz, 962 C 25, Povoado Ri, alguns dias depois de publicada reportagem no "Jornal do Br..." sobre migração nordestina, na qual foi entrevistado o diretor-presidente da Folha, Germano de Oliveira.

Encerram-se hoje as inscrições para VII Jogos dos Trabalhadores



A Vila Olímpica "Antonio Lacerda Braga" será sede principal dos Jogos Abertos.

De 12 de outubro a 3 de novembro, em Campo Largo, serão disputados os VII Jogos Abertos dos Trabalhadores da Microrregião II, constituída pelos municípios de Curitiba, Rio Branco do Sul, Quatro Barras, Piraquara, Mandrituba, Colombo, Almirante Tamandaré, Bociúva do Sul, Balsa Nova, São José dos Pinhais, Araucária, Contenda e Campo Largo. Os jogos têm por objetivo promover a integração através do esporte. Deles podem participar representantes de empresas e associações.

As inscrições poderão ser feitas até hoje (4), na Vila Olímpica "Antonio Lacerda Braga", mediante ofício assinado por representante legal da empresa ou entidade e dirigido ao presidente da Comissão Central Organizadora, Paulo Castagnoli. As entidades deverão pagar no ato da inscrição 50% do salário mínimo, por modalidade, e um salário mínimo como caução, que será devolvido ao término dos jogos.

Cada representação terá que participar de, no mínimo,

Homossexualismo: novo conceito

A partir de 1º de janeiro de 1993 o homossexualismo deixará de constar como doença no "Classificação Internacional de Doenças", da Organização Mundial de Saúde, um livro que reúne e indica códigos de identificação de todas as doenças conhecidas.

A classificação, iniciada em 1983, desde então já passou por sete revisões. Em 1950, incluiu o homossexualismo no capítulo referente aos transtornos mentais. Contudo, a partir de 1970 a OMS passou a sofrer pressões de psiquiatras e grupos ativistas gays para excluí-lo do catálogo de moléstias. Com a mudança, o homossexualismo somente será considerado como doente se procurar tratamento médico.

Segundo Cássia Maria Bucharello, professora de Epidemiologia, esta modificação prevista por parte da OMS demonstra interesse em tornar a classificação das doenças

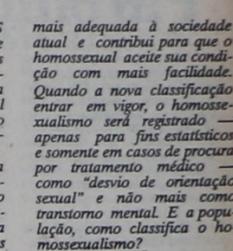


"O homossexualismo é uma questão de opção e não pode ser visto como doença. Em alguns casos está ligado à educação, aos hábitos cultivados na infância. Mas não dá para generalizar e é realmente difícil de avaliar o problema. Só quem tem um caso na família é que pode explicar melhor". (Márcia Madalena Miranda Getkoski, professora).

"O homossexual é uma pessoa normal e sabe muito bem o que está fazendo. Não faço a mínima idéia do que pode levar um indivíduo a fazer esta opção mas, com certeza, não é por um problema de saúde". (Edilson Bressan, funcionário da Inepca).

"Acho que homossexualismo é como um vírus, faz com que a pessoa se torne dependente. Assim, considero o homossexual uma pessoa doente porque precisa de tratamento médico". (Gerson Fracaro, estudante).

"O homossexual é uma pessoa normal e não deveria sofrer discriminações de nenhuma natureza. Mas a preferência sexual é uma opção que ele faz e não tem nada a ver com doença". (Edwon José Netzel, estudante).



"O homossexual é uma pessoa normal e não deveria sofrer discriminações de nenhuma natureza. Mas a preferência sexual é uma opção que ele faz e não tem nada a ver com doença". (Edwon José Netzel, estudante).

"Acho que homossexualismo é como um vírus, faz com que a pessoa se torne dependente. Assim, considero o homossexual uma pessoa doente porque precisa de tratamento médico". (Gerson Fracaro, estudante).

PACOTÃO

O BELLELEU

PACOTÃO

PACOTÃO

PACOTÃO

De 01 a 12/10/91 ou enquanto durar o estoque

Pacote da Gata

1 Calça jeans ou color
1 Blusa ou Camiseta
1 Rabicó

Tudo por **Crs 14.900,**

Pacote do Gato

1 Calça jeans ou color
1 Camiseta
1 Cinto

Tudo por **Crs 14.900,**

* Promoção válida para pgto à vista

* Moda a preço justo

RUA XV, 2281 — FONE: 292-3940

PACOTÃO

PACOTÃO

PACOTÃO

PACOTÃO

MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR

Ligue para Folha

392-1331

EXPEDIENTE

FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente:
Germano de Oliveira

Editor:
Inacio Alfonsin Panzani

Diretora de Redação:
Luz Marina Leon Bordes

Comércio de Artes Gráficas
Ideias Novas Ltda
Rua Marechal Deodoro, 495
Galeria Virginia loja 107
Telefax: (041) 392-1331
Campo Largo - Paraná

Composição, past-up e
fotolito
Comércio de Artes Gráficas
Ideias Novas Ltda

Impressão
Jornal Indústria e Comércio
Rua Comendador Araújo, 26
Telefone (041) 224-7011

Frases

"Se a gente quiser derrubar o governo, derruba. Mas temos que evitar isso". (Fernando Henrique Cardoso, senador pelo PSDB/SP)

"O impasse parece realmente grave: um governo incapaz e a sociedade insatisfeita". (Jânio de Freitas, jornalista).

"O que é prudente para uma família não pode ser tóxico para uma nação". (Adam Smith, economista inglês do século 18).

"O Brasil está precisando levantar o astral". (Presidente Fernando Collor de Mello).